

# REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DAS TIC NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Paula Souza de Oliveira<sup>1</sup>

Maria Helena Silveira Bonilla<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como foco de análise o papel que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) vêm desempenhando para o avanço do processo de internacionalização da educação superior em nível institucional. Objetivando desenvolver uma reflexão teórica em torno desta temática, discute a atual conjuntura conceitual e prática no que tange ao desenvolvimento do processo de internacionalização em Instituições de Ensino Superior (IES), bem como a capacidade de apropriação do uso das TIC no contexto da educação. Desse modo, o estudo problematiza as possibilidades, contribuições e impasses advindos da utilização das TIC com vistas à promoção e institucionalização das dimensões internacional e intercultural aos objetivos, funções e oferta da educação superior. A partir das reflexões aqui desenvolvidas, argumenta-se que as TIC têm se transformado em importantes veículos para o processo de internacionalização, de modo a proporcionar a democratização da formação intercultural para a comunidade acadêmica, bem como possibilitar a inserção das IES no cenário internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Internacionalização da Educação. Tecnologia da Informação e da Comunicação. Educação Intercultural.

## ABSTRACT

This article focuses on the role of Information and Communication Technologies (ICT) in advancing the process of internationalization of higher education at an institutional level. Aiming to develop a theoretical reflection on this theme, it approaches the current conceptual and practical context regarding the development of the internationalization process in higher education institutions, as well as the appropriation of the use of ICT in the context of education. Thereby, the study discusses the possibilities, contributions and deadlocks arising from the use of ICT in order to promote the institutionalization of the international and intercultural dimensions into the purpose, functions and delivery of higher education. From the reflections developed here, it is argued that ICT have become important vehicles for the internationalization process, providing the democratization of intercultural training for the academic community, as well as enabling the insertion of higher education institutions into the international scene.

**KEYWORDS:** Internationalization of Education. Information and Communication Technology. Intercultural Education.

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora de Relações Internacionais do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Faculdade de Educação da UFBA.

## INTRODUÇÃO

O tema da internacionalização da educação superior não é algo novo<sup>3</sup> e vem sendo cada vez mais discutido em escala mundial, em especial, no contexto da atual conjuntura de profundas e constantes mudanças nos âmbitos econômico, político, social e tecnológico em que as exigências do mercado global vêm impondo inúmeros desafios para a educação superior. Nesse sentido é que, mais recentemente, diversas iniciativas de fomento à mobilidade internacional, a exemplo do programa Ciência sem Fronteiras no Brasil e do programa *Erasmus Mundus* na Europa, vêm buscando elevar o nível de qualificação de estudantes e pesquisadores, além de contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com vistas a aumentar o potencial competitivo das nações. Não obstante, a internacionalização não se restringe à mobilidade estudantil, sendo esta apenas um segmento – certamente o mais visível – dentro do guarda-chuva de possibilidades que é a internacionalização da educação. Mais além, não podemos desconsiderar o fato de que as atividades de mobilidade internacional oferecem benefícios a um grupo seletivo de estudantes que dispõe dos recursos e suportes necessários para gozar de uma ‘experiência internacional’<sup>4</sup>.

No nível institucional, os desafios para as Instituições de Ensino Superior (IES) se concentram na manutenção de sua relevância enquanto geradoras do conhecimento que possibilita o constante desenvolvimento das sociedades, além da promoção à qualificação do corpo estudantil e docente numa era onde o conhecimento é o principal ativo. Para tanto, a introdução da dimensão internacional no contexto do ensino, pesquisa e extensão tem o potencial de elevar os níveis de qualidade da educação superior, ao mesmo tempo em que desenvolve e prepara estudantes com competências interculturais e internacionais, formando cidadãos multireferenciados que compreendam e respeitam as diferenças e, por conseguinte, sejam potenciais promotores da paz, estando, ainda, aptos para atuar em um ambiente globalizado, interconectado e interdependente.

Argumentamos, contudo, que, para internacionalizar, não se faz mandatória a realização de programas de mobilidade acadêmica internacional. Os princípios da

---

<sup>3</sup> A internacionalização está atrelada aos primórdios da educação superior desde a Idade Média, quando já existiam programas de mobilidade acadêmica fronteiriça e transnacional envolvendo professores e estudantes. Daí a palavra *Universitas*, originária do latim, utilizada para designar uma congregação de professores e estudantes de todo o mundo cristão (LAUS, 2012).

<sup>4</sup> Defendemos, conforme evidenciado por Leask (2004), que as atividades de mobilidade internacional por si só não garantem a interação e o engajamento intercultural do estudante, fatores que configurariam, a nossa ver, uma experiência internacional.

Internacionalização em Casa ou, do inglês, *Internationalization at Home* (IaH), possibilitado prioritariamente pelo avanço das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), podem ser aplicados com vistas a promover a institucionalização de uma cultura e dimensões internacional, global e multicultural aos objetivos e funções da educação superior. Sem embargo, a ainda frágil apropriação das tecnologias no âmbito da educação tem obscurecido as possibilidades de práticas internacionais no nível institucional causando uma miopia em internacionalização o que, por sua vez, perpetua o foco excludente nas atividades de mobilidade. Nesse cenário, as TIC desenvolvem um papel democratizante que, além de aprofundar e reconfigurar o conceito de internacionalização da educação superior, torna a experiência internacional e intercultural acessível a toda comunidade.

Diante dessa problemática, o estudo em tela levanta o seguinte questionamento: quais as possibilidades, contribuições e impasses advindos do uso das TIC no sentido de promover a institucionalização das dimensões internacional e intercultural no contexto da educação superior? Dessa forma, o presente artigo propõe uma reflexão teórica acerca do papel que as TIC vêm desempenhando para desenvolvimento do processo de internacionalização em nível institucional, assim como para a formação intercultural da comunidade acadêmica.

## **1. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CAMINHOS, LACUNAS E PERSPECTIVAS**

No contexto da educação superior, certamente, a definição de internacionalização mais conhecida e debatida na literatura corrente é a de Knight (2008, p. 21, tradução nossa) que a conceitua como sendo “[...] o processo no qual se integram as dimensões internacional, intercultural ou global aos propósitos, funções ou oferta da educação superior [...]”. As críticas a esta definição se concentram, majoritariamente, em dois fatores: primeiro, em sua incapacidade de refletir a internacionalização como sendo um meio para alcançar um objetivo maior e, segundo, em sua falha para descrever os caminhos concretos através dos quais a dimensão internacional deverá ser integrada ao ensino, pesquisa e extensão.

Até então, outras definições já foram propostas, sem haver, contudo, sinais aparentes de consenso na literatura. Para Laus (2012, p. 79), essa possível lacuna no campo conceitual tem seus reflexos na prática, obscurecendo “os sentidos, as razões e os rumos da internacionalização da educação superior”. Mais ainda, no contexto brasileiro, onde a internacionalização vem ocorrendo, em muitos casos, apenas de forma passiva, periférica

(MOROSINI, 2011) e como uma mera reação às pressões do ambiente externo, é possível que essa deficiência conceitual possa estar ainda moldando a formulação de políticas públicas e institucionais de internacionalização na educação superior, representando, assim, um obstáculo para o desenvolvimento das atividades na área e, conseqüentemente, restringindo a inserção das IES brasileiras no cenário internacional.

Paralelamente, argumentamos haver, no nível institucional, uma miopia em internacionalização que insiste em resumi-la em termos de um conjunto de atividades internacionais, mais especificamente envolvendo a mobilidade e o intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores, dificultando, assim, a compreensão do caráter estratégico da internacionalização em que esta, enquanto uma atividade transversal, poderá contribuir diretamente para o alcance dos objetivos institucionais. Ademais, analisamos que essa miopia atua como um efeito dominó onde as carências em termos de estrutura e financiamento para a realização de atividades internacionais (MIURA, 2006) restringem as ações de internacionalização que, conseqüentemente, perdem sua força, ficando relegadas ao segundo plano. Conforme analisam Hudzik e Stohl (2009, p. 9, tradução nossa): “a internacionalização precisa contribuir para as missões e valores centrais das instituições, ou nunca se elevará acima do status secundário”.

Leask (2004) aponta que este foco em internacionalização enquanto um conjunto de atividades se explica à medida que isso simplifica grandemente a mensuração e quantificação da internacionalização: “quanto maior o número de estudantes que se deslocam para dentro e para fora, maior o nível de internacionalização” (ibid., p. 336, tradução nossa). Essa facilidade, entretanto, esconde alguns riscos estreitamente relacionados à mobilidade internacional, tais como o *brain drain*, relativo à emigração em massa de indivíduos altamente qualificados, e a exclusão de grande parte dos estudantes que não dispõem dos recursos necessários para viajar e viver em outro país. Outra dificuldade está relacionada à falta de políticas públicas consistentes, permanentes e sustentáveis que viabilizem essa modalidade, suavizando as barreiras linguísticas e culturais, flexibilizando e amparando os burocráticos e dispendiosos processos administrativos para aquisição de passaporte, visto, etc.

Ao mesmo tempo, a internacionalização deixou de ser uma opção em todos os níveis (nacional, setorial e institucional) a partir do momento em que as pressões do ambiente externo, tais como as exigências por formação e qualificação de capital humano e a necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico dos países e, conseqüentemente, das IES, têm requerido maior responsividade e qualidade no âmbito da educação superior. Não obstante, apesar das exigências externas e dificuldades internas, a internacionalização não é –

ou não deve ser vista enquanto – um fardo. Ao contrário, quando gerido de maneira ativa, consciente e bem planejado, o processo de internacionalização tem potencial para trazer frutos duradouros para as IES.

Apesar das dramáticas variações entre países e instituições, há um consenso geral de que a internacionalização pode – quando parte de uma estratégia mais ampla – oferecer aos alunos, professores e instituições benefícios valiosos. Ela pode estimular o pensamento estratégico levando à inovação, oferecer vantagens na modernização da pedagogia, incentivar a colaboração entre estudantes e professores e estimular novas abordagens para avaliações de aprendizagem. Com a infusão da internacionalização na cultura da educação superior, estudantes e educadores podem ganhar uma maior consciência dos problemas globais e de como os sistemas educacionais operam entre países, culturas e línguas. A pesquisa é inerentemente internacionalizada por meio de colaborações e parcerias entre equipes, e a maioria dos projetos científicos não pode mais permanecer nacionalmente vinculada (HÉNARD; DIAMOND; ROSEVEARE, 2012, p. 8, tradução nossa).

Se antes a internacionalização era fruto de pressões exclusivamente externas, de um contexto de sociedade globalizada, interconectada e altamente competitiva, vista quase que primordialmente como um processo *ad hoc* e marginalizado da educação superior (KNIGHT, 2012), agora, observamos um brotar interno que nasce da compreensão do seu caráter estratégico, do seu potencial para impulsionar avanços e melhorias no cerne da educação superior e, adicionalmente, como um desejo da própria comunidade interna (discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo) de obter experiências internacionais, complementar sua formação acadêmica, desenvolver proficiência linguística, vivenciar novas culturas, enfim, tornar-se, eles mesmos, mais globalmente orientados. É uma “virada de jogo” na qual, contudo, os mesmos desafios levantados anteriormente perpetuam o modo passivo de fazer internacionalização no nível institucional.

É em meio a esse contexto de complexidades que trazemos o debate acerca da Internacionalização em Casa (IaH), como uma abordagem possível dentro do processo de internacionalização e, mais ainda, considerada atualmente como o segundo pilar interdependente nas conceitualizações acerca da internacionalização da educação superior (KNIGHT, 2012)<sup>5</sup>. Esse termo foi desenvolvido por Nilsson (2003, p. 31, tradução nossa) e por ele conceituado como “[...] qualquer atividade internacionalmente relacionada, com a exceção de mobilidade estudantil”. Tal conceito remove, logo no primeiro instante, as

---

<sup>5</sup> O primeiro seria a internacionalização *abroad* ou fora de casa.

dificuldades físicas, financeiras e estruturais inerentes às atividades de mobilidade, causando a necessidade de maior abrangência do conceito de internacionalização para as atividades interculturais dos processos de ensino e aprendizagem, além da reformulação dos currículos.

Knight (2008), por sua vez, adiciona novas dimensões ao conceito da IaH ao incluir uma diversidade de atividades internacionalmente relacionadas a serem realizadas dentro do campus. Entre essas estão: as atividades extracurriculares, o que envolve participação em eventos internacionais e interculturais dentro da instituição, além de vivência em clubes e associações; ligação com grupos culturais/étnicos locais através de programas de estágio, iniciação científica, monitoria, etc.; pesquisa, atividades acadêmicas e projetos internacionais em conjunto com IES estrangeiras, além de parcerias com outros setores da sociedade visando o desenvolvimento de temas e áreas estratégicas.

Enquanto as atividades de mobilidade internacional oferecem benefícios a um grupo seleto de estudantes, é através da diversa gama de possibilidades trazidas pela IaH que as dimensões internacional, intercultural e global são efetivamente integradas aos propósitos, funções e oferta da educação superior, conforme o tão debatido conceito de Knight (2008). Nessa perspectiva, se existe uma lacuna no campo da internacionalização da educação superior – e sabemos que existe –, esta não é simplesmente conceitual, mas de perspectiva e de visão da internacionalização enquanto uma aliada estratégica no sentido de promover uma cultura verdadeiramente global na educação.

Não é pretensão desta discussão ignorar ou sequer minimizar a importância e os benefícios advindos dos programas de mobilidade internacional, tanto para o estudante que tem com isso a possibilidade de desenvolver competências globais, internacionais e interculturais (SORIA; TROISI, 2014), como para a instituição/setor/nação que, a depender do tipo e dos propósitos do programa, com o adequado planejamento e controle destas atividades, poderá colher os frutos da internacionalização. Entretanto, não é preciso muito esforço para concluir que os programas de mobilidade física em si não garantem engajamento intercultural (LEASK, 2004) e que, ainda que esse de fato ocorra, por si só não garantirá que as dimensões internacional, intercultural e global estarão permeando a educação superior em seus mais diversos aspectos.

É no cerne desta discussão que introduzimos o debate acerca das possibilidades de incorporação do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no contexto da internacionalização da educação superior com a proposta de democratizar a experiência internacional e intercultural através da introdução de novas práticas que ultrapassam os limites do tempo e espaço, diluindo as fronteiras e reconfigurando, dessa forma, o próprio

conceito de internacionalização no contexto da educação superior.

## **2. EDUCAÇÃO SUPERIOR, TECNOLOGIAS E MOBILIDADE**

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação tem sido plano de fundo para verdadeiras revoluções que vêm ocorrendo em diferentes esferas da sociedade: na economia, com a passagem do período ‘industrial’ para o ‘informacional’ e tendo como consequência a reestruturação do capital e aumento da competitividade global (CASTELLS, 1999); nos mercados, com mudanças na estrutura das organizações e na própria essência do trabalho humano na era informacional (TOFFLER, 1980); no âmbito da nossa cultura e sociedade, fazendo convergir e, ao mesmo tempo, fragmentando nosso modo de vida e organização social (KEEN, 2012). No contexto da educação, todavia, o pressuposto dessa revolução ainda não encontrou consenso na literatura, gerando diferentes discussões em torno da afirmação que as TIC estejam a transformar a própria essência da educação.

De fato, não podemos negar que a tecnologia, enquanto entidade condicionante do desenvolvimento e produto interdependente de uma sociedade e cultura (LEVY, 1999), esteja atuando de forma a refletir mudanças expressivas em nosso modo de fazer educação em seus mais variados níveis. Tais tecnologias trouxeram consigo a promessa de revolucionar o sistema educacional atual desde a sua base, alterando e expandindo a oferta da educação de modo a alcançar lugares e pessoas cada vez mais distantes, modificando os processos físicos de leitura e escrita, bem como de produção e transferência de conhecimentos, alterando as práticas pedagógicas de professores e discentes, a gestão e oferta da educação através de diferentes plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem e, como resultado, transformando as formas tradicionais de ensino e aprendizagem. Não obstante, essas promessas não alcançaram ainda seu apogeu em função dos diversos fatores relacionados ao pleno acesso, financiamento e proficiência para o uso dessas tecnologias (JORIS; VAN DEN BERG; VAN RYSSSEN, 2003), seja por parte dos estudantes ou, em muitos casos, dos professores e gestores da educação.

Por outro lado, é consensual a reflexão de que o uso das tecnologias, por si só, não será capaz de alterar os processos educativos. É, contudo, a compreensão e incorporação pedagógica das TIC o que tem potencial para transformar o modo de pensar e fazer educação em seus mais diversos níveis e modalidades (KENSKI, 2012). Para além da introdução do uso de dispositivos eletrônicos e tecnológicos nos processos educativos, a verdadeira revolução somente ocorrerá quando houver apropriação crítica e pleno acesso no uso destas tecnologias

por parte de estudantes e professores; quando, assim como nas demais áreas da vida em sociedade, for possível falar em mudanças de comportamento e novas práticas culturais permeando o fazer pedagógico; quando, por fim, assumirmos que já não é mais possível dissociar educação de tecnologias, uma vez que o próprio fazer educativo e seus processos de geração de conhecimentos são, em si mesmos, processos/progressos tecnológicos.

Sem embargo, enquanto essas revoluções ainda não ocorrem de forma plena no âmbito da educação, observamos no cerne das transformações tecnológicas um movimento de transição no conceito de mobilidade que, na pós-modernidade, passa a transcender as noções de territorialidade e espacialidade para modificar as relações e interações humanas, as práticas sociais diversas, assim como os saberes e seus processos construtivos e disseminadores. O tempo, a geografia, as fronteiras, os relacionamentos, os acontecimentos, etc., são alterados e virtualizados na fluidez e liquidez dos tempos atuais; tudo isso possibilitado e potencializado pelo avanço das TIC. No contexto da educação, essas transformações abrem possibilidades de interações diversas e remotas entre professores e estudantes, entre sociedades, culturas e idiomas, entre instituições de ensino e grupos de pesquisa em todo o mundo, etc., derrubando as barreiras do tempo e espaço, diluindo fronteiras entre os países e delineando um novo conceito de sociedade numa troca de experiências, informações, saberes e conhecimentos que é exclusiva e singular à presente era. Esse fenômeno é próprio da perspectiva da constituição de redes (CASTELLS, 1999), sob a qual toda a nossa estrutura social, nossa cultura e relacionamentos se estabelecem.

Redes constituem a nova morfologia de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social (ibid, p. 497).

Contraditoriamente, vale ressaltar que, se a educação em sua forma atual ainda não logrou se apropriar e se deixar transformar pelas revoluções tecnológicas da contemporaneidade, como eventual e irremediavelmente o terá de fazer, sua própria inércia não ocorre livre de sequelas. Para exemplificar, já em 1999, Bauman alertava acerca das incoerências do ideal de mobilidade da sociedade pós-moderna onde, por um lado, ainda que estejamos fisicamente imóveis, somos todos levados rumo a um movimento que é unificador e segregador, que homogeneiza ao mesmo tempo em que cria desigualdades. Nesse cenário, o autor argumenta que a mobilidade se transformou em moeda supervalorizada da



contemporaneidade, sendo ela mesma escassa e desigualmente distribuída, tornando o ideal de liberdade dos movimentos um fator de estratificação social.

Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” — transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida (BAUMAN, 1999, p. 6).

Se traçarmos um paralelo com a mobilidade física internacional através de programas de intercâmbio docente e estudantil, poderemos verificar as mesmas incongruências alertadas por Bauman (ibid), na medida em que, conforme já discutido, os impasses territoriais, financeiros, administrativos e políticos, para mencionar apenas alguns, tornam as atividades de mobilidade internacional um privilégio para poucos. Não obstante, no contexto do contínuo desenvolvimento das TIC, bem como de seus reflexos em nossa vida, cultura, economia, política e sociedade (ao passo em que compreendemos que estes são influenciados e influenciadores de avanços na própria tecnologia), faz-se imperativo repensarmos o modelo elitista de internacionalização na educação superior, de modo a democratizar a participação da comunidade acadêmica como um todo, além de superar as misconcepções existentes nessa área ao conceber a transversalidade inerente ao processo de internacionalização.

Deste modo, e retomando o conceito de IaH, propomos no próximo tópico desta discussão uma análise acerca do papel que as Tecnologias da Informação e da Comunicação vem desempenhando no sentido de possibilitar maior abrangência ao processo de integração das dimensões internacional e intercultural à educação superior.

### **3. AS TIC NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

As TIC no contexto da internacionalização da educação superior vêm possibilitando a diminuição das distâncias, atravessando as fronteiras entre os países, ao mesmo tempo em que têm evidenciado desafios e repercutido diretamente na forma como o processo de internacionalização vem se configurando. Na literatura, dispomos de uma crescente coleção de artigos que descrevem experiências positivas com o uso dessas tecnologias no sentido de potencializar a incorporação da dimensão internacional em IES, através da oferta, com baixo custo e alta flexibilidade, de novas possibilidades de interação com o ambiente externo.

Para Hénard, Diamond e Roseveare (2012), isso é internacionalização virtual. Os

autores argumentam que as TIC têm impulsionado uma reformulação no processo de internacionalização no sentido de realizar uma melhor articulação que contribui para uma mudança qualitativa de seus objetivos. Para tanto, a introdução dessas tecnologias com o intuito de estimular o processo de internacionalização requer planejamento, não só do processo em si, mas de seu alinhamento com os objetivos institucionais, e clarificação quanto às razões e abordagens para internacionalização no âmbito de cada IES. No contexto atual de grandes transformações em escala mundial, não é mais concebível continuarmos a tratar de internacionalização como um processo meramente reacionário e finalístico. Internacionalizar requer escolhas e é nesse contexto que as TIC contribuem para expandir o leque de opções para as IES.

São diversas as formas de utilização das TIC no sentido de integrar as dimensões internacional e intercultural aos aspectos concernentes à educação, pesquisa e serviços universitários. Atualmente, é possível falarmos em intercâmbio de conhecimento *online* entre instituições de ensino ou grupos colaborativos de qualquer parte do globo; na realização de projetos de pesquisa conjuntos totalmente virtualizados; na construção de redes interativas de trocas através de plataformas *online*. No contexto acadêmico, a utilização das TIC possui ainda potencial para internacionalizar o conteúdo e a abordagem para ensino e aprendizagem nos currículos, através da integração de experiências interculturais e temáticas de relevância global, tornando possível a participação virtual em fóruns, conferências, performances culturais, etc. de cunho internacional. Nesse sentido, as TIC agem enquanto condutoras dos processos de ensino com interface internacional, dando suporte ao aprendizado intercultural e a aquisição de competências globais (OLIVOS ROSSINI, 2016).

As possibilidades são inúmeras, bem como as vantagens, na medida em que as TIC diminuem os riscos de *brain drain*, promovem a democratização do acesso e participação da comunidade acadêmica como um todo, além de possibilitar que as perspectivas da internacionalização e da interculturalidade estejam, de fato, perpassando a educação superior de forma transversal e integrada. O objetivo principal é o de trazer o contexto internacional para ‘casa’ de forma que “[...] todos os estudantes possam agora ser considerados como estudantes internacionais em termos de sua mobilidade virtual” (LEASK, 2004, p. 337, tradução nossa).

Não obstante, a apropriação das TIC no processo de internacionalização encontra algumas dificuldades, especialmente no que tange a proficiência em línguas estrangeiras por parte do corpo docente e estudantil e ainda as diferenças interculturais que exercem influência no chamado ciberespaço (JORIS; VAN DEN BERG; VAN RYSSSEN, 2003; OLIVOS

ROSSINI, 2016). As barreiras linguísticas não são dificuldades próprias da internacionalização virtual; antes, remontam lacunas estruturais da educação brasileira, desde a sua base até os níveis mais avançados. Quanto a isso, iniciativas governamentais, como o programa Idioma sem Fronteiras, do Governo Federal, têm buscado avançar na solução de tais problemas. Todavia, apontamos haver ainda espaço para atuação das IES através de programas de extensão com vistas à qualificação linguística das comunidades interna e externa, a exemplo do que vem sendo feito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) que, em 2015, alcançou o primeiro lugar em termos de melhores iniciativas de ensino de idiomas e de ações de internacionalização<sup>6</sup>. Porém, mais que isso, argumentamos para a necessidade de políticas públicas continuadas e consistentes que, para além de um adendo às atividades acadêmicas do corpo discente para fins específicos (como a participação em programas de mobilidade, por exemplo), compreendam a formação linguística enquanto parte constituinte do processo formativo dos cidadãos à medida que o domínio de outros idiomas possibilita o diálogo entre culturas e conhecimentos.

Já no que diz respeito à barreira da compreensão intercultural, esta é precisamente uma das finalidades em se desenvolver atividades de IaH, requerendo mediação entre as instituições parceiras, com vistas a promover compreensão mútua por parte dos grupos de trabalho, ao passo em que os possíveis conflitos deverão ser vistos enquanto oportunidades para promover a formação multicultural dos envolvidos.

Outra dificuldade é que, apesar da vantajosa diminuição dos custos quando comparado com as atividades de mobilidade internacional, a implantação e efetiva utilização de tecnologias avançadas para mediação do processo de internacionalização não é necessariamente uma opção barata: os custos de pessoal, bem como os pesados investimentos em maquinários, sistemas, redes, etc. (HÉNARD; DIAMOND; ROSEVEARE, 2012) irão exigir seriedade e planejamento, demonstrando, novamente, que esta forma de internacionalização não ocorre sem objetivos claros, além de esforço integrado e comprometimento por parte dos agentes universitários. Em contraponto, as licenças de *software* livre representam uma opção barata e possivelmente mais seguras para apoiar os esforços de internacionalização baseado nas TIC. Do mesmo modo, apontamos para o potencial de utilização dos sítios de redes sociais para promover a interação entre os participantes das IES na medida em que tais sítios representam um ambiente de familiaridade

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.ufba.br/noticias/ufba-fica-em-1%C2%BA-lugar-em-avalia%C3%A7%C3%A3o-nacional-de-cursos-de-idomas-e-internacionaliza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

para estudantes e professores ao mesmo tempo em que, possivelmente, sua utilização requererá baixos investimentos se considerarmos que, a depender do contexto socioeconômico das regiões em questão, o acesso a estes sítios ocorre por meio de dispositivos pessoais de conectividade móvel.

Adicionalmente, a internacionalização virtual requer o emprego e uso efetivo e pleno de tecnologias para suporte e avaliação pedagógica (HÉNARD; DIAMOND; ROSEVEARE, 2012), o que, a nosso ver, termina por impor uma camada de complexidade ainda maior para as IES que precisam lidar com questões de letramento digital (SABILLÓN; BONILLA, 2015)<sup>7</sup> do seu corpo docente e técnico-administrativo, ao mesmo tempo em que preparam seu quadro estudantil para atuar e interagir de forma plena com o ambiente externo através das TIC. Acrescentemos, ainda, os estranhamentos e medos por parte da comunidade interna no que diz respeito ao uso de tais tecnologias.

Em resumo, são desafios que se acumulam à medida que consideramos as inúmeras transformações pelas quais tem passado a educação superior no seio da sociedade pós-moderna, não existindo, contudo, escapatória. “Estamos todos sendo ‘globalizados’”, alerta Bauman (1999, p. 5). Se se negar a seguir os rumos traçados pelo desenvolvimento tecnológico, a educação superior o estará fazendo à custa de sua relevância social e, conseqüentemente, de sua razão para existência.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As discussões desenvolvidas até aqui nos permitem extrair algumas considerações acerca do papel que as TIC vêm desempenhando no contexto do processo de internacionalização da educação superior no nível institucional.

Primeiramente, como argumentado por Azevedo (2016), as práticas educacionais envolvendo o uso de tecnologias informacionais e comunicacionais nos processos de ensino e aprendizagem não se fundamentam nas tecnologias em si; antes, seu uso se justifica como um anseio em promover uma educação mais humanística e próxima do contexto e interesse de

---

<sup>7</sup> Para além da leitura e escrita em tela, compreendemos o letramento digital como “uma série de habilidades que o indivíduo possui e com as quais é capaz de identificar, analisar criticamente, criar e compartilhar informações *online* e *offline*, resguardando as normas de segurança e os direitos autorais. Também identifica e utiliza diferentes *softwares* e aplicativos para diferentes tarefas; compreende de multiletramentos. Identifica o *hardware*, os protocolos e os diferentes dispositivos digitais que existem na sociedade, levando essas habilidades às suas práticas sociais, as quais são determinadas pelas necessidades geradas pelo ambiente em que o indivíduo se desenvolve” (SABILLÓN; BONILLA, 2015, p. 9, tradução nossa).

seus educandos. Da mesma forma, no contexto da internacionalização, o uso das TIC não ocorre como um fim em si mesmo, mas como um meio para proporcionar a qualificação acadêmica, intercultural e internacional de professores, estudantes e pessoal técnico-administrativo, superando as barreiras geográficas, administrativas e de financiamento que antes tornavam a experiência internacional algo para poucos.

Em segundo lugar, para a introdução das TIC com vistas ao desenvolvimento das práticas de internacionalização no contexto da educação superior, consideramos primordial o envolvimento por parte do corpo docente, bem como o comprometimento da alta administração universitária, uma vez que todo o processo de integração das TIC no contexto educacional requer forte planejamento administrativo, pedagógico e de recursos (financeiros, tecnológicos e humanos). Sem isso, qualquer esforço de trazer a internacionalização para o contexto educacional, seja dentro ou fora de casa, persistirá com o *status* de atividade isolada, com resultados pontuais, descontinuados e sem repercussões reais no modo de se fazer educação na sociedade contemporânea.

Mais ainda, num cenário em que o dualismo global *versus* local dita as regras do jogo, impondo segregações e desigualdades que culminam em diferentes níveis de participação no contexto internacional, as TIC desenvolvem o papel de democratização da experiência intercultural para a comunidade acadêmica, ao mesmo tempo em que possibilita a inserção das IES no cenário internacional. Assim, pelo viés institucional, as TIC atuam enquanto mediadoras e potencializadoras do relacionamento entre instituições de todo mundo, possibilitando a criação de redes, impulsionando a cooperação interinstitucional e contribuindo, dessa forma, para a geração de conhecimento. Do ponto de vista humano, as TIC possibilitam a aquisição de competências interculturais por parte de discentes e docentes, aproximando temáticas de relevância global e promovendo maior conscientização e respeito às diferenças, contribuindo, deste modo, para a formação cidadã e atuante em nível internacional.

Nesse sentido, reforçamos a importância do uso dessas tecnologias para suporte do processo de internacionalização em IES na medida em que estas possuem potencial para promover de maneira efetiva a institucionalização de uma cultura internacional aos objetivos e funções da educação superior.

Por fim, uma sugestão deste estudo seria a de potencializar o uso de sítios de redes sociais nas atividades de internacionalização virtual, considerando a familiaridade e sensível preferência dos estudantes com tais redes, bem como pela facilidade, alcance e baixo custo dessas tecnologias.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Adriana Barroso de. Meios digitais em práticas pedagógicas na educação: uma análise hermenêutica-fenomenológica. **Educação**. Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 495-508, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/19526>>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. v. 1, 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HÉNARD, Fabrice; DIAMOND, Leslie; ROSEVEARE, Deborah. **Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice: A Guide for Higher Education Institutions**. OECD Higher Education Programme, 2012.
- HUDZIK, John K.; STOHL, Michael. Chapter 2 - Modelling assessment of the outcomes and impacts of internationalization. In: DE WIT, Hans. (Ed). **Measuring success in the internationalisation of higher education**. EAIE Occasional Paper 22. European Association for International Education (EAIE), 2009.
- JORIS, Michael; VAN DEN BERG, Christiaan; VAN RYSSSEN, Stefaan. Home, but not Alone: Information and Communication Technology and Internationalisation at Home. **Journal of Studies in International Education**, v. 7, n. 1, p. 94-107, Spring, 2003. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315302250191>>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- KEEN, Andrew. **Vertigem digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2012.
- KNIGHT, Jane. **Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalization**. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.
- \_\_\_\_\_. Student Mobility and Internationalization: trends and tribulations. **Research in Comparative and International Education**, v. 7, n. 1, p. 20-33, 2012. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=EJ977557>>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Salvador, 2012.
- LEASK, Betty. Internationalisation Outcomes for all Students Using Information and Communication Technologies (ICTs). **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 4, p. 336-351, Winter, 2004. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315303261778>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 22 abr. 2018.

NILSSON, Bengt. Internationalisation at Home from a Swedish perspective: The Case of Malmö. **Journal of Studies in International Education**, v. 7, n. 1, p. 27-40, Spring, 2003. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315302250178>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

OLIVOS ROSSINI, Luisa Mariella. **Internationalization at home: Technology-supported multicultural learning in Peru**. Tilburg: CentER, Center for Economic Research, 2016.

SABILLÓN, Cinthia Margarita; BONILLA, Maria Helena Silveira. Letramento Digital: una nueva perspectiva conceptual. **Anais do SENID**, 2015. ISSN 2238-5916. Disponível em: <<http://senid.upf.br/2016/images/pdf/151349.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2017.

SORIA, Krista M.; TROISI, Jordan. Internationalization at Home Alternatives to Study Abroad: Implications for Students' Development of Global, International, and Intercultural Competencies. **Journal of Studies in International Education**, v. 18(3), p. 261–280, 2014. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315313496572>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.